

ENTREVISTA NASCIMENTO BAPTISTA

Director-geral da Associação Portuguesa das Empresas do Sector Eléctrico

“A política energética europeia não existe”

Energia A meta de criação de mercado único em 2014 não se concretizará e Portugal deve alinhar as reformas no sector com Espanha.

Ana Maria Gonçalves
ana.goncalves@economico.pt

Defensor de uma harmonização tarifária europeia para as energias renováveis, o director-geral da Elecpor - Associação Portuguesa das Empresas do Sector Eléctrico aponta o dedo à falta de consistência da política energética comunitária. Nascimento Baptista defende ainda que é inevitável uma subida dos preços da electricidade.

A falta de competitividade energética europeia é um reflexo do fracasso da política comunitária?

A julgar pelas directivas e posições tomadas em Bruxelas, a política europeia é razoavelmente incoerente. Um dos exemplos é a famosa directiva dos três 20 até 2020 [20% redução de emissões de CO₂, 20% energias renováveis no consumo final de energia e 20% a nível de eficiência energética]. Os seus reflexos não foram suficientemente avaliados na altura em que se pensaram. Nos últimos anos, a política energética tem sido ditada pelo problema climático, com o objectivo de evitar o agravamento das alterações climáticas, desprezando o impacto do sector dos transportes, focando-se sobretudo na área da produção de electricidade.

Mas impulsionou o desenvolvimento das renováveis...

As soluções das emissões foram acompanhadas por metas de renováveis no sector eléctrico, que variaram de país para país. Logo aí surgiu uma desarmonização completa que ainda se mantém. A Comissão Europeia foi incapaz de intervir porque

não quis enfrentar estados-membros mais fortes na questão da harmonização dos subsídios às renováveis. Isto originou um certo número de aberrações. Por exemplo, a Alemanha subsidiou fortemente a eólica ‘offshore’ (em mar) e a fotovoltaica, numa altura em que a tecnologia estava ainda muito verde. Objectivo: incentivar a indústria local e as exportações. Houve dois factores que vieram perturbar ainda mais este cenário: a recessão económica europeia e a invasão de painéis fotovoltaicos chineses, que provocaram um golpe de misericórdia na indústria alemã e afectou os restantes países. A Europa quer posicionar-se como líder ambientalista mundial, mas as suas emissões não vão além dos 11%. O esforço renovável de um ano é anulado pelas emissões de menos de um mês da China.

Há uma nova aposta na produção de electricidade com base no carvão?

O aumento da produção de gás de xisto no EUA está a torná-lo não só competitivo, como auto-suficiente em termos energéticos. Outra consequência da política americana é a libertação do consumo de carvão que coloca agora no mercado internacional a preços muito competitivos. É um contra-senso face aos objectivos da política energética comunitária, mas a Europa voltou a pôr em funcionamento as centrais a carvão. A Alemanha está a construir 10 centrais a carvão. Em Portugal, as centrais a carvão de Sines, da EDP, e do Pego, da International Power, têm funcionado por razões económicas. Em contrapartida, as centrais a gás natural [são menos poluentes] estão



Nascimento Baptista, director-geral da Elecpor, defende que os reflexos da política energética europeia, assente no controlo de emissões de CO₂, não foram avaliados previamente.

“

O objectivo de Bruxelas era criar o mercado único de electricidade em 2014. Isso não vai acontecer (...), cada país vai disparar para o seu lado. E isso já está a acontecer.

praticamente paradas e muitas empresas já solicitaram o seu encerramento.

E em Portugal?

Há uma forte rentabilidade negativa nas centrais a gás natural que servem de retaguarda à segurança do abastecimento do sistema eléctrico nacional. As empresas que as exploram estão a encaixar prejuízos e têm de encontrar outras fontes de receitas. O parque eólico nacional é considerável (4.200 megawatts). Esta é uma energia sujeita a intermitências. Por outro lado, as ligações de transporte de energia da Península Ibérica à Europa são deficitárias.

Como vê as alterações regulamentares nacionais em curso?

Se quisermos ser ortodoxos, em linha com a política europeia, toda a intervenção governamental é perniciososa. Isto acaba

por ter reflexos nos produtores e nas redes de transportes. Em princípio, não se deve reflectir nos consumidores. Não sei ainda que contornos vai ter. O objectivo da União Europeia era criar o mercado único de electricidade em 2014. Isso não vai acontecer. Cada país vai disparar para o seu lado. E isso já está a acontecer. É muito pouco provável que venha a haver qualquer harmonização. É, por isso, que a política energética europeia não existe. Em Portugal é bom, uma vez que estamos no mercado ibérico de energia, que as decisões sejam alinhadas entre os dois países.

O que podem esperar os consumidores desta conjuntura?

A minha opinião, que é generalizada, é de que os preços da energia subirão no médio prazo para os consumidores finais. ■